

Por outro lado, barrar a água do Guarapiranga antes de chegar a São Paulo, água que abasteceria a população, e jogá-la para o Alto da Serra a fim de produzir energia elétrica no Cubatão, constitui um crime. Altrazou de 30 anos a solução normal do abastecimento de água à Capital.

Vejam V. Exas.: toda a bacia do rio Tietê, na qual se situa São Paulo, encontra-se barrada pela Light, abaixo da cidade de São Paulo, porque a Light eleva toda essa água barrada toda, para o Alto da Serra, ao seu reservatório, e descarregando-a em Cubatão para produzir energia elétrica. Quais as consequências desta obra? São legais estas obras? Por quanto tempo suportará a Capital este hediondo crime de natureza técnica, econômica e política? Barrar o rio, Tietê, provocar inundações, conter a água do Guarapiranga, que deveria abastecer a Capital, e antes de atingir a Capital levá-la para o Alto da Serra e jogá-la toda no Cubatão?

Assim, Srs. deputados, vou demonstrar que não só aquelas obras, como estão operando, são ilegais e também criminosas. Demonstrarei neste Parlamento que a Light construiu no Cubatão obras para produzir energia elétrica, sem ter água suficiente para alimentá-las, e, então, procura buscar todos os rios das vizinhanças de São Paulo para recalcar as águas com bombas até o Alto da Serra, a fim de alimentar as suas turbinas. A Light tem inclusive um projeto completo para ir buscar o rio Atibaia, ameaçando até Campinas de se ressentir da falta de água, como tem ocorrido em nossa Capital anos e anos sem esse líquido pois a empresa levou o rio Grande e o rio Guarapiranga para Cubatão.

Mostrada, então, a linha geral política seguida pela Light, vou demonstrar a ilegalidade destes projetos. Cubatão se justificaria, dentro de certos limites, dentro das disponibilidades de água ali ser levada. Mas para a empresa é muito mais interessante concentrar todas as suas obras em Cubatão, porque lhe sai mais barato o investimento e porque aquilo é uma concessão do Governo Federal já em suas mãos. Então, ela impede os aproveitamentos hídricos de outros cursos d'água, a fim de provocar a vinda desses cursos d'água à bacia do Tietê e levá-los para o Alto da Serra, despejando-os no Cubatão.

Demonstrarei, através de dados, as concessões que a Light recebeu do rio Tietê a partir do pedido de Alexandre Mackenzie ao Congresso Estadual, em 1906. Naquela época, em 1906, a empresa só tinha uma usina que produzia energia elétrica, a chamada Usina de Rasgão, de pequena potência — 20 mil kwts, abaixo da Capital. Portanto, ela solicitou permissão para represar o Guarapiranga, a fim de ter água reservada para, durante a seca, alimentar Rasgão. Neste caso não havia incompatibilidade com o abastecimento pois esta água serviria então à Capital para abastecimento e posteriormente desceria o Tietê e seria despejada na Usina de Rasgão, na altura de Santana de Parnaíba.

Quando a Light solicitou a concessão para represar o Guarapiranga, em 1906, o Congresso Nacional concedeu porque ela visava levar a água do Guarapiranga, que fosse armazenada pela barragem durante as chuvas, para alimentar a Usina de Rasgão. Portanto, primeiro essa água passaria pela Capital de São Paulo, abasteceria de água a população e depois serviria Rasgão.

Posteriormente ela desejou, com as instalações que projetou em 1924 no Cubatão, levar a água do Guarapiranga para Cubatão. Ora, levar a água do Guarapiranga para Cubatão impedir que essa água alimentasse a cidade, pois seria revertida para o Alto da Serra antes de entrar na Capital e abastecer de água a população. Com isso — levando a água do Guarapiranga para o Alto da Serra, e mais a água do Rio Grande — São Paulo perdeu os dois grandes mananciais indicados por Saturnino de Brito em 1905, quando, a pedido de Carlos Botelho, então Secretário da Agricultura, fez um estudo do abastecimento de água de nossa Capital. Publicando em 1911, esse seu famoso trabalho, tem servido de base ao desenvolvimento de toda a planificação de abastecimento de água da Capital.

Estudo posterior de Saturnino de Brito demonstrou também, que, para evitar as enchentes na Capital, havia necessidade de controlar todos os afluentes do Rio Tietê a montante da Capital, nas suas nascentes, na altura de Mogi das Cruzes: o Tatuapé, o Jundiá, o Berituba, o rio Claro e assim sucessivamente, esta série de barragens pequenas conteriam as enchentes, impedindo a adução natural rápida de água que inundaria a Capital. Este estudo de regularização demonstrou que, contendo as águas nas chuvas, impediria as enchentes, como durante as secas, sóltas as águas, manteria o rio Tietê no nível para permitir a navegação e o abastecimento de água da Capital.

Estes estudos, delineados desde 1911 em suas linhas gerais, entraram até em detalhes, Srs. deputados, dividindo a cidade em diversos níveis — em zonas altíssima, alta, média e baixa.

Saturnino de Brito, um nome pouco conhecido da grande população, é do mesmo nível de um Euclides da Cunha. Suas obras foram editadas também na França, onde esse gigante da nossa engenharia recebeu de Eduard Imbeaux, um dos maiores engenheiros e médico sanitário da França, palavras do mais alto elogio, a ponto do mestre francês considerar feliz o país que tivesse nos seus quadros técnicos um engenheiro da estatura de Saturnino de Brito. Saturnino de Brito saneou a cidade de Recife, a cidade de Santos, a cidade de Campos, a cidade de Pelotas. Suas obras comportam mais de 25 volumes, editados pela Imprensa Nacional. E' de uma riqueza técnica, científica, social, que nos conforta.

Srs. deputados, quando a depressão normal de um Parlamento vazio nos atinge como parlamentar, quando a descrença pela solução exata dos nossos problemas nos arrefece as energias, eu me reconforto e vou buscar energias, mesmo para falar a um Plenário vazio, lendo as obras de Saturnino de Brito, lendo as obras de Euclides da Cunha, quando funcionário da Secretaria da Agricultura, quando membro da Comissão que foi estudar o Rio Purús, as nascentes e as cabeceiras do Rio Purús, no Amazonas, em 1901. E os conceitos emitidos por homens dessa estatura, em épocas muito mais difíceis — pois, Srs. deputados, ele apresentou um plano de regularização do Rio Tietê, conflitando com os interesses da "Light and Power", na primeira década deste século e no início da segunda década — nos fazem chegar à conclusão de que tinha um comportamento patriótico e uma estatura moral que facilmente podemos aquilatar. Hoje ainda sentimos, mesmo em muitos políticos, o medo de falar em "Light", o medo de falar em Rússia. Já em 1925 vemos este grande engenheiro condenando o plano da barragem do Parnaíba, determinando que aquela barragem, deveria ter um metro a menos de altura, no mínimo. Mas vemos, em 1946, o Presidente Dutra permitir que a crista da barragem fosse elevada de 7 metros! Essa barragem foi elevada de 7 metros em 1946! As comportas dessa barragem, quando não estão abertas, provoca remanso que acarreta inundações até acima do piso do mercado. O remanso destas águas atinge Guarulhos!

Isto dito por Edgard de Souza e não pelo deputado Jéthero de Faria Cardoso. Está aqui no relatório de Edgard de Souza, da "Light", condenando também as obras do canal do rio Pinheiros. Interessante: a "Light" também condenou. Mas executou. E, repetimos: o remanso dessas águas barradas atinge Guarulhos!

O Sr. Chaves de Amarante — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) Obrigado a V. Exa., nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso. V. Exa., ilustre engenheiro, estudioso dos problemas de águas e energia elétrica do nosso Estado, tem abordado com raro brilho as facetas fundamentais que eles apresentam para sua solução. Tive oportunidade de, em dias da semana passada, visitar a barragem do Parnaíba. E lá verifiquei que ela é guardada como se fosse uma fronteira inimiga, pois ficamos cerca de 2 quilômetros propriamente da barragem, com proibição total de ingresso ao local. Mas verifiquei que as comportas estavam totalmente fechadas. Chegamos a fotografar a barragem e verificamos que o fechamento das comportas era o que repressava o rio Tietê, acarretando a inundação desses bairros todos, marginais do Tietê, alcançando até Guarulhos. Ainda ontem fiquei preso na Avenida Marginal, que é um mar, tomando, desde a Casa Verde até junto da Lapa, todos os terrenos adjacentes, isolando completamente as vilas marginais ao rio. Na verdade, tive oportunidade de comprovar que o fechamento das comportas dessa barragem constitui um crime contra a vida e a saúde da população de São Paulo. (Muito bem!)

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Agradeço o aparte de V. Exa. Estava faltando uma testemunha ocular das afirmações que aqui tenho feito de que as comportas estavam fechadas. Tenho um colega de turma, engenheiro da "Light", que tem insistido comigo para visitar as obras da usina subterrânea do Cubatão. Disse a ele: desejo ver as comportas de Santana do Parnaíba, depois visitarei a usina subterrânea do Cubatão. E ele me disse: você pode ir a qualquer obra da "Light", menos a Santana do Parnaíba. E agora verifiquei que não é só a minha pessoa que poderia ser suspeita para visitar Santana do Parnaíba. Vejo que V. Exa., da situação, deputado que tem defendido os interesses do povo, mas não tem entrado com maior profundidade nesta matéria, ao procurar estudar as causas do sofrimento das populações ribeirinhas, não pode chegar a menos de dois quilômetros das comportas. E mais, deputado Chaves de Amarante, soube também que, em reunião no Palácio do Governo, a "Light" teria afirmado que só abriria as comportas com ordem de Toronto, no Canadá, ou dos Estados Unidos. Por que? É fácil entender-se. Guardadas aquelas águas que estão inundando São Paulo, futuramente elas vão ser recalçadas para o Alto da Serra e produzir energia no Cubatão, para vender e auferir dinheiro. Estas águas representam dinheiro vivo nos cofres da "Light", mesmo que acarretem milhões e milhões de prejuízos e dezenas de mortes, de doen-

ças em centenas de milhares de crianças e adultos que estão sendo infectados, atacados de poliomielite, desidratação infantil e outras doenças em consequência da poluição que campeia no Tietê.

Vejamos as obras das cabeceiras que regularizariam o rio — e este é um dos aspectos mais brutais da matéria e que caracteriza também a mistificação do truíste. A "Light", quando conseguiu a concessão para barrar Guarapiranga, água que deveria vir para a população beber, — (o orador demonstra no mapa) — em 1906, era para regularizar aquela usina que hoje foi desprezada, de Rasgão. Esta água, hoje, é recalçada para o Alto da Serra, faltando água para São Paulo. Dai, Srs. deputados, a "Light" ter imposto ao governo que, para ceder esse direito apenas para regularizar a usina de Rasgão a posante da Capital, recalcar 70 metros e jezar no seu reservatório "Billings", sendo que este rio já deveria, desde 1940, com pequena barragem, estar produzindo 60.000 cavalos para o litoral sul, Itanhaém, Juquiá e toda a zona sul do Estado. A "Light" conseguiu impedir a construção desta usina, obrigando o Estado a assinar acordo para, retirando a água do Guarapiranga para a população beber, se comprometer a não construir essa usina hidroelétrica e ir buscar esse rio e suspendê-lo, com bomba, setenta metros para o seu reservatório, e jogá-lo depois em Cubatão.

São crimes gigantescos, Srs. deputados. Anestesiado o Rio Capivari com este acordo para o abastecimento de água, o Estado foi construir, em Juquiá, uma termoeletrica, para queimar sessenta toneladas de óleo por dia.

Eis o plano do Sr. Mário Lopes Leão: não aproveitar o Capivari, recalcar-lo para o Reservatório Billings em troca da água do Guarapiranga, para beber, quando esse direito ao uso da água do Guarapiranga já estava assegurado. Vou provar, por todas as concessões, que a água do Guarapiranga não pertence à "Light". Nenhum acordo teria que ser assinado; nenhum rio teria que ser sacrificado; nenhuma termoeletrica deveria ter sido construída, pois a "Light" não tem esse direito às águas do Guarapiranga para jogá-las no Cubatão. Ela tem esse direito apenas para regularizar a usina de Rasgão a presente da Capital. E modificou seus planos pela concessão de Arthur Bernardes, de 1925. Pelo Decreto n.º 16.844, Arthur Bernardes assegurou, no artigo 1.º, que os planos de Cubatão só poderiam ser executados se não prejudicasse as populações que deveriam ser naturalmente servidas por essas águas. E a concessão para construir Cubatão ficou na dependência de não prejudicar as populações que realmente seriam servidas. Então, a "Light" não poderia desviar Guarapiranga para Cubatão, porque impediria o abastecimento de água da Capital, infringindo os termos da concessão Arthur Bernardes.

E o mais grave, Srs. deputados, V. Exas. vão verificar agora, crime maior que não podemos classificar, porque o plano inicial estudado pela Light, pelo Eng. Snyder, em 1924 na era para represar a jusante de São Paulo, mas sim, construídas essas represas, a montante, dos afluentes do Tietê, ligá-los diretamente ao reservatório Billings, o que evitaria as inundações.

(O orador demonstra no mapa.) Mas o truíste não desejava empatar dinheiro nestas obras de repascimento a montante. A "Light" desejava uma represa só, mais barata para ela, mesmo que inundasse e a Capital, construída, a jusante.

Vejam V. Exas.: nem a obra estaria comprometida por falta de água, pois bastaria construir estas represas a montante, ligar estes reservatórios por gravidade, sem precisar bombas de recalque e, ainda, praticamente por gravidade, descarregar a água no Reservatório Billings.

Mas, o truíste precisava avançar abaixo da capital com represas e trazer a água por bombas, porque ele não deseja se amparar apenas na capacidade hidráulica da Bacia do Tietê; ele pretende buscar outras águas à jusante de Pirapora; pretende ir buscar o Rio Atibaia, prejudicando também o abastecimento de água de Campinas. A Light já tem projetado o recalque do Rio Atibaia em suas gavetas, esperando a oportunidade para trazer o Rio Atibaia ao alto da serra, construindo um tunel de 26 quilômetros. E a concessionária não desmente estas minhas afirmativas, porque todos os engenheiros sabem que o Atibaia está também no seu index, o que levará à destruição a agricultura de jusante. Quem vai a Itu para ver o Salto durante a seca percebe o exangue, fino, transformado num riacho de 40 litros por segundo. Com o Atibaia acontecerá a mesma coisa, porque, como dizia Plínio de Queiroz, do Instituto de Engenharia, as obras do Cubatão são muito bonitas, a usina subterrânea, combinando a resistência da rocha com a capa de concreto, é muito econômica, realmente. Mas não há água para alimentar aquele volume de obras.

Hoje tem-se concepção diferente sobre os rios. Não se pode destroçar uma das maiores riquezas que a natureza coloca nas mãos dos homens, que são os rios. Os rios têm que ser moldados, controlados nas enchentes, cuidando de suas águas como se ele fosse uma fonte de ouro, para que se possa, nas secas, irrigar as terras, para que o seu nível sempre permita a navegação, para que a piscicultura, que constitui riqueza alimentar inexplorada, exista realmente.

Todo o nosso Estado de S. Paulo poderia estar sendo cruzado por pequenos navios, de ponta a ponta, de lado a lado, pois é o mais barato, o transporte por via fluvial.

Os rios europeus e norte-americanos constituem riquezas que não tem moeda que os possa pagar. Mas uma concessão para um truíste estrangeiro que visa apenas produzir energia elétrica para vender rapidamente e ter lucros maiores conflita-se com o aproveitamento racional que as grandes populações de hoje, que a agricultura nacional impõem. Este estado de coisas não pode perdurar. O parlamento tem que reagir, Srs. deputados, porque se trata de tirar das gerações futuras aquilo que as gerações passadas já estudaram e já indicaram.

Não estamos trazendo para esta tribuna nada de novo. Quando eu entrar na parte, vamos dizer, censativa da exposição, a parte jurídica, a parte legal de todas as concessões — que lerei em seus artigos fundamentais — demonstrarei a ilegalidade dessas obras, demonstrarei que o Governo do Estado tem todas as armas jurídicas para a atuação imediata contra o truíste. Nem há mais necessidade de o Sr. Governador tomar um helicóptero. Basta apenas tomar os contratos e acordos que a Light assinou com os poderes federais, com os poderes estaduais, e aplicá-los na sua totalidade.

São acordos que nós combatemos em determinados aspectos porque realmente esses aspectos foram proposadamente colocados para possibilitar interpretações duvidosas. Mas no setor das enchentes as cláusulas saltam aos olhos. No setor de abastecimento de água esse acordo de 1958 é nulo por todos os títulos. O Estado não pode abrir mão da Usina do Rio Capivari. Demonstrarei a nulidade desse acordo e se argumentos históricos, se decretos e leis anteriores ao acordo não forem suficientes, eu recorreré ao art. 20, letra "f" da Constituição do Estado, que exige que acordos dessa natureza passem por esta Assembleia. Isto não aconteceu neste caso. Já disse que nenhum funcionário público ou engenheiro pode assinar qualquer documento em repartição pública dentro deste acordo, porque incorrerá em crime de peculato. De acordo com os Estatutos dos Funcionários Públicos, qualquer servidor deve chamar a atenção do chefe superior, se souber da prática de ato que possa acarretar prejuízo à Fazenda do Estado, como a execução de tal acordo.

Demonstrado então ficou que o objetivo da Light é captar todas as águas possíveis e jogá-las na Represa Billings, mesmo que seja do Atibaia, do Piracicaba, do Jaguari, pois seus planos vão longe. As cidades de Campinas e das proximidades não sabem o que o truíste tem planejado nas suas gavetas. Se alguém ainda duvida, olhe para São Paulo, em 1905; Depois dos estudos de Saturnino de Brito jamais se pensaria que as águas do Guarapiranga fossem para o alto da serra e deixassem de alimentar a Capital. Isso parecia sonho, mas hoje é realidade, através de poderosas bombas. Para conseguir isso, a Light amedrontou a população, dizendo que as águas do Tietê, do Pinheiros e do Rio Grande eram poluídas e não serviam para abastecer a Capital, pois a população poderia ser atacada de tifo, disenteria, pestes etc. Apesar disso, essas águas hoje abastecem a cidade de São Paulo. A Light tentou jogar a opinião pública contra o grande Saturnino de Brito, que saneava as maiores cidades do país. Mas, como a Light perdeu a batalha técnica contra aquele grande estudioso, recorreu à mistificação, à questão da salubridade das águas, dizendo pelos seus agentes, que as populações só deveriam ser abastecidas por "cabeceiras protegidas". Cabeceiras protegidas, significa ir buscar água chamada potável no Cabuçu na Serra da Cantareira, na cabeceira do Rio Claro, que está a mais de 100 quilômetros de São Paulo, muito longe de Mogi das Cruzes e trazer essa água como água potável, quando Saturnino de Brito mostrava que Londres era abastecida pelo Tâmisa, Paris pelo Sena, New Orleans pelo Mississippi. Explicava que, com o tratamento químico racional das águas dos rios, se poderia conseguir um baixo índice de colibacilos, dando, assim, mais segurança à saúde pública, do que fornecendo água não tratada de cabeceiras não protegidas. Os médicos sanitaristas honraram o nome que têm, e esta raríssima obra, que penso ser o único exemplar de São Paulo, publicou o parecer do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, publicou o parecer do Dr. Emílio Ribas, publicou o parecer do Dr. Pereira Barreto, publicou o parecer do Dr. Clemente Ferreira, do Dr. Sérgio Oliveira e de outra plêiade de médicos, demonstrando na segunda década deste século que as águas consideradas, depois de todas as análises de laboratório, efetuadas em 1911 pelo Dr. Saturnino de Brito, satisfaziam as mais rigorosas especificações dos médicos sanitaristas em defesa da saúde pública. E aqui estão os pareceres desses luminares da medicina em nosso país, cujo nome são dados às nossas avenidas e praças, merecedores dessa homenagem, pela conservação da honradez que demonstraram há mais de 40 anos atrás, quando nem se falava ainda em campanhas nacionalistas, enfrentando uma campanha dura e pesada